Folha d'Ovar

SEMENARIO REGENERADOR

ASSIGNATURA

Assignatura em Ovar, semestre..... 500 réis
Com estampilha..... 600 "
Fôra do reino accresce o porte do correio.
Pagamento adiantado.
Anunciam-se obras litterarias em troca de dois exemplares.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO—LARGO DE S. MIGUEL

DIRECTOR E EDITOR

M. GOMES DIAS

PUBLICAÇÕES

Publicações no corpo do jornal, 60 réis cada linha.
Anuncios e communicados, 50 réis; repetições, 25 réis.—Anuncios permanentes, 5 réis.
25 p. c. de abatimento aos assigulantes.
Folha avulsa, 20 réis.

EXPEDIENTE

Tendo começado o 2.º semestre da «Folha d'Ovar» em 21 de dezembro passado e que termina em 21 de junho do corrente anno, vamos proceder á sua cobrança.

A todos os nossos assignantes, pois, a quem vamos enviar os competentes recibos pelas vias do correio e pelo distribuidor d'este jornal, pedimos a fineza de mandarem satisfazer as respectivas importancias promptamente, favor que, antecipadamente, agradece a

ADMINISTRAÇÃO.

Ovar, 3 de abril

A reforma eleitoral

Folgariamos até com que fosse em dois graus o modo d'eleger na actual reforma.

E' por lista e directa.

Não ha differença sensivel em quanto ao principio electivo entre a eleição directa e a indirecta; e na pratica ha vantagens apreciaveis.

Um concelho, uma freguezia sabem escolher d'entre os contreraneos os mais dignos, os mais capazes—e estes saberão escolher com mais intelligencia os deputados entre aquelles que são dignos da representação geral, o que não sabe fazer a grande maioria dos eleitores.

E' o que se obtem com a eleição em dois graus; a ignorancia das massas fica attenuada n'este systema.

A opinião está dividida em todas as nações entre as duas fórmulas—uma que exige a capacidade como base, e outra, o direito individual da escolha.

A do duplo voto é uma transacção vantajosa.

Foram supprimidas as commissões recenseadoras eleitas pelos quarenta maiores contribuintes. Formam estes um grupo mui restricto, para que a sua escolha tivesse um caracter popular. O governo attendeu a este motivo; que nós aqui apontamos. Mas não julgou que o recenseamento devesse con-

fiar-se a um empregado responsavel por esse serviço; como era, e é o nosso alvitre; e quiz ainda incumbil-o a uma commissão de tres membros, mas que representasse a generalidade do suffragio.

E' por isso na actual reforma a commissão districtal, eleita pelas camaras, escolhe um dos membros, as camaras escolhem outro d'entre os seus vogaes, e o juiz de direito escolhe o terceiro, que será o presidente.

Este representa o Estado, a garantia que pôde dar a auctoridade, ainda que indirectamente.

Emquanto ao modo de proceder ao recenseamento, nós quizeramos, que além da obrigação propria das commissões, os interessados requeressem a inscripção, mesmo sem documentos, de todos os que estão no caso de ser inscriptos, e que as decisões da commissão fossem intimadas aos requerentes.

A commissão é que seria obrigada a exigir os documentos ás diferentes repartições e auctoridades, para justificar os seus despachos.

D'esta sorte evitam-se muitas arbitrariedades contra os direitos electoraes, a que não é facil obstar d'outro modo, ou a que a reforma me parece que não obsta, o que não sabemos com certeza, pois ainda a não lêmos na sua *integra* mas apenas nos retalhos, que os jornaes publicam.

Perece-nos finalmente que a reforma quadra á epocha que vamos atravessando, em que mais que tudo se precisa de ordem, de tino e prudencia, e de que as luctas partidarias *estereis* não gastem a energia dos governos.

Lourenço d'Almeida e Medeiros

Sentenças a favor do governo

Aggravante—o conselheiro Francisco Antonio de Veiga Beirão.
Aggravado—o juiz das execuções fiscaes do terceiro bairro.

Accordam em conferencia na Relação:

Mostra-se que o agravo foi

interposto no praso legal, e que é recurso competente, em vista das disposições combinadas dos artigos 7.º a 48.º do regulamento de 30 de dezembro de 1892, e 42.º e 109.º e § 1.º do Cod. do Proc. Civ.;

Mostra-se que a execução fiscal administrativa, a que foram oppostos os embargos de folhas 3, julgados improcedentes e não provados pela sentença agravada, é proveniente de contribuição de renda de casas, na importancia de 24\$544 réis, e respectiva ao anno de 1893 a 1894, 1.º semestre, diz a sentença, unico elemento que o processo fornece para se poder conhecer a quando respeita;

Mostra-se que o unico fundamento dos embargos é o do n.º 1 do § 1.º do art. 33.º do citado regulamento—illegalidade da contribuição, por falta da devida auctorisação, visto que a ultima lei tributaria, nas condições do preceito constitucional, é de 30 de junho de 1893, que na conformidade d'este dito art. 12.º, os impostos são votados annualmente, as leis que os estabelecem obrigam sómente por um anno, e que a citação para a execução foi feita em 26 de dezembro de 1894.

E, considerando que o art. 12.º do 1.º Acto Adicional á Carta Constitucional, modificando no seu § 4.º os artigos 136.º, 137.º e 138.º d'este, deixou em perfeito vigor o art. 139.º, da mesma, por virtude do qual só ás côrtes geraes incumbem examinar se a constituição foi inteiramente observada, para prover como fôr justo, diz o final do mesmo artigo; achando-se já consignado no § 7.º do art. 15.º, que ao poder legislativo compete velar pela guarda da constituição;

Considerando que o dito art. 139.º, bem como o 36.º e § unico, foram ainda ampliados pelo art. 15.º e §§ 1.º e 3.º do Acto Adicional, ordenando-se n'elles que o governo dê contas á camara dos deputados da gerencia do anno findo, e do exercicio annual ultimamente encerrado, dando ás côrtes o direito de proceder, por meio de commissões, de inquerito, ao exame de qualquer objecto da sua competencia, e auctorizando a promulgação de providencias legislativas, quando as camaras não estejam reunidas, mas submettendo-as á approvação d'estas logo que se reunam.

Considerando que, em face de todas estas disposições, mesmo do invocado Acto Adicional, é juridicamente de concluir que só ás côrtes geraes, e não ao poder judicial, cumpre decidir sobre a legalidade dos actos do poder executivo, e das medidas de natureza legislativa,

por elle promulgadas, quer dictatorialmente, quer no uso de auctorisações que lhe houvessem sido conferidas, quer mesmo sobre contas da sua gerencia;

Considerando que como consequencia d'esta doutrina, derivada das proprias disposições da lei constitucional, se tem affirmado a jurisprudencia que o poder judicial carece de jurisdicção e competencia para resolver sobre a legalidade dos actos de dictadura do governo, o que demais se corrobora com a interpretação authentica de terem sido approvadas pelo parlamento as differentes providencias de natureza legislativa decretadas em dictadura por todos os governos;

Considerando que n'este sentido, e dando execução e força de lei a medidas de dictadura, proferiu este tribunal os accordãos de 20 de fevereiro e 9 de junho de 1894, «Gazeta da Relação», vol. 8.º, pag. 16, 81 e 82, e ainda outros em que applicou o novo codigo administrativo sobre recursos de recrutamento militar, vindos do Funchal;

Considerando que se o poder judicial não procedesse por esta fórma, perturbaria a harmonia e equilibrio que deve haver entre os diversos poderes do Estado, e que são o mais poderoso esteio da estrutura politica nos governos monarchicos representativos;

Considerando que ante a lei constitucional a que estabelece os impostos, como outra qualquer disposição contida na lei politica do Estado, sendo o mesmo o grau da illegalidade, quando a houver, por virtude da sua violação, e sendo certo tambem que a lei de contribuição de renda de casas, não é nova, e tem o caracter de permanencia;

Considerando que quando mesmo o poder judicial tivesse competencia para negar execução aos decretos de dictadura a contribuição exequenda por ser respeitante ao 1.º semestre de 1893, estava comprehendida na lei de 30 de junho d'este dito anno, e no exercicio competente, que é de 18 mezes para todos os direitos adquiridos no anno economico, e obrigações contrahidas, nos termos do regulamento geral de contabilidade;

Considerando que nem se verificava a hypotheca do regulamento de 30 de dezembro de 1892 para a procedencia dos embargos, porque o caso de falta de devida auctorisação a que elle se refere, e o de a não haver psr parte do delegado do thesouro, de que trata o art. 8.º, e não a pretextada pelo embar-

gante, pois que o dito regulamento, bem como o de 1870, como se evidencia do seu claro relatorio, apenas tiveram em vista acelerar a cobrança dos impostos, simplificando o processo, e certamente se lhe não poderá attribuir o intuito de haverem cogitado de illegalidades por violação da constituição, ou resultante de medidas de dictadura;

Por estes fundamentos denegam provimento ao agravo, confirmam na sua conclusão a sentença recorrida, e condemnam nas custas o embargante ora agravante.

Lisboa, 16 de março de 1895.

(assignados)—Sequeira.
Mattos.
Sá.

Julgamento importante

Teve logar no dia 30 do mez de março findo a repetição do julgamento do processo dos réus de S. Vicente, assim conhecido n'esta comarca.

Estão ainda na memoria de todo o concelho os desgraçadissimos detalhes d'este processo!

Quando dizemos desgraçadissimos referimo-nos, não á formação e seguimento do processo, mas á solução final do mesmo!

No dia 9 de julho de 1893, no local da Torre de S. Vicente de Pereira, alguns rapazes d'esta freguezia, de ha muito rixados com outros de Vallega, tiveram um recontro, de que resultou a morte de dois homens—José d'Oliveira Duarte, de Vallega e Manoel José da Costa, d'Ovar—além de ferimentos nas pessoas de Francisco da Cruz Euzebio, Manoel da Cruz e Antonio Godinho.

Instaurado o competente processo de querella foram afinal considerados criminosos Albino da Silva Figueiredo, Victorino da Silva Figueiredo, José Ferreira de Carvalho «o Bispo», Manoel Valente de Andrade «o Gaia», Manoel d'Oliveira Marques «o Cachola», Miguel Gomes da Silva «o Calão», Serafim Simões, João Gomes da Fonseca «o Rijão» e mais dous réus que se homizaram.

Extrahidas as culpas, designou-se o dia 4 de agosto de 1894 para o julgamento respectivo.

Eram então os quatro primeiros réus defendidos pelo nosso particular amigo dr. Almeida; os restantes tinham como defensor o dr. Fragateiro.

O que se passou antes e durante o julgamento d'este processo constitue uma das paginas mais tristes e revoltantes da nossa historia!

Para que avival-o? E' do dominio de todos e não carece de explanação tão miseravel vingança!!

Foram julgados os réus e, por virtude d'esse julgamento, em que a prova produzida atacava por igual todos os réus, á excepção do Albino Figueiredo, cuja innocencia estava constatada, e do «Cachola» que era apontado como o promotor da desordem no arraial, foram condemnados a prisão maior *cellular* os constituintes do dr. Almeida e absolvidos os demais réus, á excepção do «Cachola», a quem, como não podia deixar de ser, foi dada a pena por expiada.

Parece que ainda chegam aos nossos ouvidos os clamores da multidão, principalmente no dia 7, em que os réus condemnados a pena maior seguiram para as cadeias da Relação do Porto, escoltados por uma força de infantaria!!

Paes, mães, irmãos, amigos e vizinhos—uma freguezia inteira—blasphemava contra tão desigual decisão. Tudo chorava, e cada uma das lagrimas que brotavam d'aquelles olhos, representava um protesto inteiro!! Ovar inteiro não fallou por muito tempo em outra coisa!

Seria o facto da condemnação d'estes réus que originou tal indignação? Não. Foi a distincção de réos e a diversidade de respostas aos quesitos propostos, já apregoada *urbi et orbi* vinte e quatro horas antes! Uma vergonha... e uma miseria!

Interposto o competente recurso de appellação pelo ministerio publico e pelos réus condemnados, foi annullado o julgamento pelo tribunal da Relação do Porto, com o fundamento da deficiencia e falta de quesitos, e por isso mandados submeter aquelles réus a novo julgamento, que teve lugar no dia 30 do mez proximo passado.

Os réus passaram *d'esta vez* procuração aos drs. Araujo e Fragateiro. Soubemos que o dr.

Araujo não auctorisára tal procuração e que, por méra deferença, assignára, surprezo, uma unica intimação, sacudindo dos seus hombros a responsabilidade moral de envolver o seu nome n'esta causa.

Foram, pois, defendidos pelo dr. Fragateiro. Alguem dizia que sua ex.^a estava deslocado n'este julgamento, por isso que no primeiro havia feito carga aos réus. Nós, porém, não acreditamos em tal versão porque representava ella uma indignidade para o actual caudico dos réos. Além do que, ha muito se dizia, que os réos precisavam d'uma reparação pelo muito que tinham soffrido durante a sua prisão, a absolvição impunha-se a todos os jurados e por isso... qualquer advogado os podia defender, sem o perigo que se deu no primeiro julgamento. Entretanto, com rigorosa imparcialidade, somos obrigados a dizer que a defeza dos réos não podia ser melhor confiada e que o adagio «gato escaldado» nenhuma applicação podia ter ao caso!

A discussão correu rapida e sem incidentes, o que fez com que o julgamento terminasse no proprio dia 30.

As testemunhas de accusação achavam-se bastante desmemoriadas, obrigando por vezes o digno presidente do tribunal a recordar-lhes os seus depoimentos!

A defeza, embora tivesse mudado de posição, tendeu a demonstrar a impossibilidade de terem os réus entrado no conflicto.

Feitas as necessarias acareações e os interrogatorios dos réus, que se limitaram, como já o haviam feito, a uma firme negativa, começaram os debates.

O digno agente do ministerio publico, dr. Alexandre Vilhena, em meia duzia de palavras traduziu perante o jury a sua impressão. Nunca vimos sua ex.^a fallar tão pouco tempo n'uma audiencia geral; mas este facto

teve uma logica e necessaria applicação no pouco que disse. A absolvição era fatal, afirmou, porque antes de entrar para o tribunal já lh'o haviam affirmado, e até hoje ainda não tinha fallado o que se espalhava antes da abertura da audiencia, quer pelo que respeita á absolvição, quer á condemnação dos réus sujeitos a julgamento.

N'estas circunstancias era facilimo o combate da defeza, que, para fazer jús ao seu triumpho, philosophou sobre a convenção franceza e sobre a soberania do jury, interpretando a seu sabor «as provas» do sr. Navarro de Paiva.

Um relatorio lucido, imparcial, correcto e sensato do digno presidente do tribunal, precedeu a leitura dos quesitos, com os quaes se recolheu o jury, que deu como não provados aos réus os crimes de que eram accusados, sendo por esse facto *absolvidos*.

Causou magnifica impressão em todo o auditorio a decisão do jury.

No rosto de todos se traduziu a satisfação motivada com este *verdictum*. A muita gente ouvimos dizer: é uma reparação tardia; por acaso não está na penitenciaria! A sua liberdade devem-n'a todos e mui principalmente o Albino Figueiredo, cuja innocencia estava constatada já no primeiro julgamento, no tribunal da relação do Porto, que lhes concedeu a annullação do processo.

Não terminaremos esta *reportage* sem declararmos e deixarmos bem assente a forma digna e correcto como foi feita a policia do tribunal pelo meretissimo juiz durante a discussão da causa.

Ha muito que se notava o abuso que muitos espectadores faziam do tribunal, perturbando a ordem regular dos trabalhos e faltando ao respeito devido a actos tão solemnes.

O ex.^{mo} dr. Alves Martins

cortou pela raiz esse mal. Bem haja!

Nota curiosa—N'este julgamento entraram dois jurados que no primeiro tinham sido sorteados.

Em ambos os julgamentos houve decisão por maioria!!

NOTICIARIO

AVISO

Aos nossos estimaveis assignantes fazemos a prevenção de que, tendo passado este jornal a nova empresa, resolveu ella por motivos muito imperiosos, substituir o seu titulo e a parte do seu pessoal, continuando comtudo a ser o orgão do partido regenerador.

Devem portanto os nossos assignantes d'ora avante receber em substituição da FOLHA D'OVAR, um semanario intitulado *A DISCUSSÃO*, e rogamos para o novo jornal a mesma protecção que sempre tem sido dispensada a este.

As assignaturas contiuaam pela mesma fórma até á epocha do seu vencimento, como se não houvera substituição; e embora os recibos de cobrança vão com a designação FOLHA D'OVAR, servem para o novo semanario até ao cumprimento do semestre que tem logar no dia 21 de junho proximo.

Aos nossos ex.^{mos} collegas, que nos dão a honra da permutação, fazemos igual aviso, esperando dever-lhes a fineza de continuarem a honrar-nos com a sua visita.

A REDACÇÃO.

Procissão dos Terceiros

Realisa-se no proximo domingo, se o tempo permittir, a procissão da Irmandade de S. Francisco da Ordem Terceira, mais conhecida pela procissão dos Terceiros, a expensas do ex.^{mo} dr. João Maria Lopes e do sr. Luiz Augusto de Lima.

Apesar de ser fructa fóra do tempo, por isso que o seu dia costuma ser—o 2.^o domingo da quaresma—estamos certos que ha-de chamar bastante povo a esta terra por isso que, costuma ser imponente o acto.

Oxalá que o tempo se conserve bom para esse dia.

Fallecimentos

Victima d'uma tysica galopante, succumbiu na quinta-feira em Espinho, uma filha do nosso amigo e patricio Antonio de Oliveira Salvador.

Ao funeral, que foi concorridissimo, foi assistir a orchestra Ovarense.

A familia da finada, e especialmente aos nossos amigos Antonio de Oliveira Salvador e João da Graça Corrêa, enviamos o nosso sentido pezame.

Tambem se finou na sexta-feira, um filho do nosso amigo Francisco Pinto Catalão, da rua das Ribas, a quem enviamos o nosso pezame.

«O Tiro Civil»

Publicou-se o n.^o 3 d'este interessante jornal, cujo summario é o seguinte:

Sociedades de tiro, por L. F. Marrecas Ferreira.—Associações de tiro civil e a nacionalisação da arte do tiro, por Fontoura Guedes.—Caça viva.—A reorganisação do tiro nacional.—Carreira de tiro.—A carreira de tiro no Porto, por J. F. Guimarães.—Associação dos Atradores Civis Estrella.—Concursos de tiro civil.—A caça.—Legislação do tiro civil.—Associações de tiro.—Annuncios.

Folhetim da FOLHA D'OVAR

Mysterio insondavel

I

Eu tenho em casa um retabulo
N'um tenebroso salão,
Que, por preço baratissimo,
Arrematei n'um leilão
D'um fidalgo, que a miseria
Tratára como um vilão.

Tem a moldura dourada
De metro e meio d'altura
Por um metro de largura;
E, na tela conservada,
Apesar da ferrea mão
Do tempo, que é mão damnada,
Ha um nitido retrato
D'uma elegante figura
D'um solarengo varão.

Não tem por baixo algum nome,
Como é d'estylo e costume,
E ninguem sabe quem é;
Mas um ignoto perfume,
E os feitiços da roupagem
Do gentil-homem de pé,
Revelam no personagem
Um typo d'alta linhagem,
Do tempo de D. José.

II

Envolve-lhe a cabeça a cabelleira
Dos tempos que lá vão; toda empoada.
Em caracoés, com trança em baixo atada
Com laço posto de gentil maneira.

A face é rubicunda e prazenteira,
O olhar d'uma expressão afidalgada,
A camisa de bofes, rendilhada
Pelos dedos subtis de ignota freira.

Amplio collete com jasmims bordados;
Ca-aca d'abas largas, donairosas;
Os calções de velludo, afiambrados.

Finas meias de sêda esplendorosas;
Sapatos de verniz, afivelados;
Um todo, emfim, d'uma postura airosa...

Faltou dizer ainda
Que um rôlo de papeis,
N'uma das mãos aberta
Que tem uns tres anneis.

E n'outra uma bengala,
Ou antes um bastão,
De verdadeira cana
Do indico sertão.

III

Entreí ha dias ao salão sombrio,
Não sei para que fim: era de noite.
Vibrava pelas frestas o assobio
Do vento que não tem onde se acoite.

Levava por pharol um lampadario,
Com luz que vacilava a cada passo,
Como a luz que n'um ermo sanctuario
Em torno a si derrama um clarão baço.

Ranquei na dobradiça enferrujada
A porta do salão; e quando entreí
Ouvi lá dentro certa voz magoada,
Ignotos ais que traduzir não sei.

Os effeitos suppnha d'algun rato
Que, presentindo-me, fugisse então,
Quando vi do retabulo o retrato
Agitar-se no muro do salão!

Era engano, de certo; o lampadario,
Com luz diversa produzia aquillo!
Phantasmas n'um salão tão solitario
Só nos romances do passado estylo!

Entreí; e posta a luz sobre uma meza,
O animo assumia d'um Manfredio,
Quando de novo ouvi com mais surpresa
Os mesmos sons magoados! Tive medo!

O reflexo da luz era sombrio
Como o da lua em tormentosa noite!
Vibrava pelas frestas o assobio,
Do vento que não tem onde se acoite!

«Oh! que não sei de nojo como o conte!»
Enchi-me de valor: voltei-me, emfim,
E vi de face a face, erguida a fronte,
O vulto do retrato ao pé de mim!

Fiquei petrificado, eu, que não cria
Em visões, em phantasmas, em mysterios!
Que nem quando criança attento ouvia
As historias dos velhos cemiterios!

Quiz fugir e não pude; achei-me fraco!
Elle, atirando os rôlos dos papeis,
Agarrou-me na gola do casaco
Com a sinistra mão dos tres anneis!

IV

E com accento dorido
O vulto falou-me assim:
«Não tenhas medo de mim...
Sou um pobre desvalido.

Como vês fui da nobreza
Do tempo de D. José!
Eu tive um unico vicio,
E juro, por minha fé,
Que ha muito que já não sinto
Um prazer, um leve indicio
Das delicias do rapê!...
Pouco peço, quasi nada:
Apenas uma pitada,
Uma só, bem pouco é!
Aqui n'esta soledade,
Onde passo um tempo insosso,
Venha, ao menos, por piedade,
A benção da caridade,
O prazer do meio-grosso!

Disse, curvando um joelho
Em posição supplicante;
Mas, quando senti o velho,
Abrindo da mão possante,
Largar-me a gola ao casaco;
Dei-lhe um violento encontrão,
E, fugindo espavorido,
Do merencorio salão,
Deixei no soalho estendido
O solarengo avejão.

V

Eu nunca mais quiz vêr o personagem,
E quiz abandonar a casa até;
Pois muitas vezes ouço uma linguagem
Clamando triste:—Quem me dá rapê!

Affirma a visiuhança que alta noite
Vagueia por alli alma penada...
E' vento que não tem onde se acoite,
E suspira na sala abandonada!

1875.

Alfredo Campos

S. José

No dia 21 do corrente, temos a festa d'este santo.

Segundo consta, haverá de manhã na igreja matriz missa com musica, sermão, e de tarde, vésperas, sermão, sahindo em seguida a procissão que percorrerá o itinerario do costume.

A phylharmonica Boa União, assistirá a toda a festividade.

Senhora da Graça

Principiaram já os trabalhos para a reedificação da nova capella, no mesmo local da antiga.

Notas á pressa

Tem passado melhor o nosso amigo e digno escrivão de direito Eduardo Ferraz.

Estimamos.

Tem-se aggravado os padecimentos do rev. abbade da freguezia.

Sentimos.

Tem passado melhor a esposa do nosso sympathico amigo Antonio de Souza Campos, Estimamos.

«Os Rebeldes»

Tal é o titulo do bello romance que constitue o n.º 9 da «Nova Bibliotheca Economica», editada pela empresa da Travessa da Queimada, 35, Lisboa.

Os *Rebeldes*, narrativa cheia de vida, e em que refere o entusiasmo proprio de quem descreve as aventuras passadas no meio de uma vegetação luxuriante, onde a natureza se expande livremente sob a influencia d'um clima calido, achou em Mayne Reid, o melhor e o mais verdadeiro dos interpretes. Ha n'este livro paginas admiraveis, scenas realmente grandiosas, que conseguem empolgar a attenção do leitor, aguilhoando-a á phantasia do auctor, que vóa rapida, atravez dos prados floridos, das pampas onde o gaúcho é rei, das selvas que estremeceem ao rugir das feras, inventando perigos, combates, fugas desordenadas, ciladas sombrias, noites passadas no deserto á luz do luar, que se espelha nas aguas dos rios mexicanos.

Sobejam no livro os quadros descriptivos, traçados com mão de mestre, os typos e as situações imprevisas.

Aproveitando como base da acção a lucta fratricida que por tanto tempo agitou o Mexico contra o despotismo do dictador Sant'Anna, o romancista soube habilmente entrelaçar o lado politico da sua esplendida obra com o ideal e romantico, conseguindo do conjunto destacar a figura do protagonista, e imprimir-lhe essa nobreza e altivez de caracter que o evidenciam de preferencia ás restantes personagens que completam o quadro.

Além das bellezas d'um estilo proprio, torna-se este livro recommendavel pela escola em que se filia, e que tende a distrahir sem perverter, affastando se por esta fórmula do vulgar dos romancistas modernos, que, na novella naturalista, procuram o filão da mina d'escandalos que exploram.

E' este o primeiro dos romances inglezes que a empresa editora da «Nova Bibliotheca Economica» se propõe publicar de permeio com outros, devidos á penna dos mais conceituados auctores estrangeiros. O segundo d'esta série, já em preparação, é original do afa-

mado novellista. A. de Forest e intitula-se *A Herdeira de Santa-Fé*. Como os *Rebeldes*, está confiada a sua traducção a M. Leal.

Gatunos

Foram entregues ao poder judicial, a sociedade de gatunos, que no dia 24 de março—domingo de Passos—surripíaram algumas carteiras e relogios, como noticiamos no ultimo numero do nosso jornal.

Para julgamento de tão insignes *varões*, está marcado o dia d'amanhã.

Eis os nomes dos socios:—*Touca de Santarem, Reboque 2.º, Francez e Serenita*, todos elles muito conhecidos pela policia do Porto.

CHRONICA

NO CARCERE

V

Rindo e cantando...

E digam lá, se são capazes, mas com verdade, que um prisioneiro não tem os seus momentos de alegria, de passageiros contentamentos.

Deus me livre do contrario. Porque em tal caso, este creado de vossas excellencias, leitores pios e amigos, estaria, ha muito, a servir de pasto á terra e aos vermes no cemiterio d'esta villa.

Nada d'isso. O homem, ainda o mais malfadado da sorte, quasi sempre tyranna, cruel, deve rir e cantar inclusivè, nos momentos de maior angustia, no auge das grandes afflicções.

Assim eu, que sou um bom, um santo, um justo, e um dos poucos... felizes d'este seculo, encaro com a mais fria indifferença, senão com todo o desprezo, as agruras e revezes da vida—uma vida attribulada, toda espinhos, semelhante áquella por que passou Jesus Christo no principio do mundo!

E quando o Redemptor dos homens tanto soffreu, porque não hade soffrer tambem um simples mortal, este amantissimo servo de vossas excellencias, e de vossas encellencias mano por parte de Adão e Eva.

Rir e cantar, chorar e gemer, é tudo quasi que a mesma coisa, a avaliar pelo que disse aquelle celebre poeta cantagalense, E. Margarido.

Vejam:

«Quem canta seu mal espanta,
Quem chora seu mal augmenta.
Eu canto pr'a espalhar
Uma dôr que me atormenta.»

E digam tambem se o poeta brasileiro não tem carradas de razão! Porque toda a gente sabe que muitos sorrisos encobrem prantos e vice-versa.

De maneira que eu, o coração triste e negro como a noite, porque são passados dois dias sem vêr a minha *nova «amada»*, um anjo, filho do céu e neto dos mares, estrella scintillante que abraza e fulmina a pleidade masculina e chic d'este paraizo terrestre chamado Azemeis, sem cantar á «amada» ao som do violão:

Morêna, morêna,
Dos olhos castanhos!
Quem te deu, morêna,
Encantos tamanhos!

e não só isto: prognosticando um cataclismo terrivel—que o passaro bata as azas, e se vá

para sempre, deixando um vacuo na minha alma, uma chaga incuravel, uma dôr eterna... de maneira que, repito, para espalhar saudades e passar bem o meu tempo de encarcerado, vou rindo e cantando...

Porque isto de sacrificios voluntarios n'esta vida ligada á fementida esperança de alcançar o céu, é uma santa historia.

Nada; toca a rir, toca a cantar! e deixemo-nos de paixões que, a pouco e pouco, definham e matam...

Assim é que eu penso, não obstante o que disse aquelle celebre moralista, La Bruyère: «Para o homem não ha mais do que tres sentimentos: nascer, viver, e morrer; nascer não se sente, a morrer soffre, de viver esquece-se.»

Mas falta ainda: E do berço ao tumulo o homem deve rir e cantar, ainda que triste!

Ao fechar estas cartas abertas, quando hoje, dia dos enganados, abre o formoso abril, por signal que feio, triste e molhado, devo dizer a essa santa e boa gente, que tão bem me ha querido, que fez hontem precisamente um mez (um mez ainda, grande Deus!) que o *Jayme* d'outras eras, o chronista d'então, passou a ser um condemnado: que elle, o filho do Senhor, deu entrada no carcere por sessenta dias.

Pois um mez já lá vae, com trezentos demonios e demonicos; e por conseguinte, não haja medo, receio, lagrimas e suspiros, porquanto um homem nunca deve tremer nem desanimar. Alma até Almeida! Não é assim, meu querido dr. Almeida?

Não faltam amigos a rodearem-me incessantemente (sem vaidade), de dia e de noite, só sim, e como disse, fere-me um golpe profundo—a auzencia da minha «amada» por alguns dias. Mas não importa. Quando *ella* voltar...

Ouve-me, Senhor dos encarcerados! «quanto mais alho para ella, mais vejo que lhe cresce a formosura».

E assim é. Ou deve ser.

Nada me falta, e falta-me tudo—a liberdade. Mas que fazer? Tocar violão, rir, cantar, e abraçar com afan e ardor os meus verdadeiros amigos, os livros, quando só.

E por hoje basta. Ou não?

Cadeias d'Azemeis, 1 d'abril.

CORRESPONDENCIAS

Oliveira d'Azemeis, 1 d'abril

(Do nosso correspondente)

Quando hoje me dispuz para traçar algumas linhas insulsas como as que ás vezes se perdem na *Folha*, senti-me verdadeiramente enleado: a vida não é fértil em acontecimentos sensacionais.

Ha todavia uma compensação: abundantissima de escriptores, mas escriptores para quem Alexandre da Conceição escrevera:

«Mostra que sois a velha guarda nobre
Que morre com valor, mas não se rende;
Que prefere um verso antigo e pobre
A um verso que se lê mas não se entende.»

Ha dias, um d'elles fechava a apreciação *sui generis* d'um artigo das *Novidades*:

«Imagens pomposas! sublimes, pyramidaes!» E' que havia lido: «... em que o minuetto se agitava em risos d'oiro e fru-frus

de sêda... na monotonia pallida da nossa vida de salões, como uma flôr vermelha de alegrias e de enthusiasmos...»

Ha cerebros assim n'um desequilibrio tremendo! Ha apologistas assim, inconscientes, banaes!

Infelizmente generalisa-se esta *escola*, que na litteratura fica apontada com a palavra complexa de nephelibata ou, direi melhor, com a classificação irreprehensivel de *escola* de doídos e de nescios, incapazes de conceber um pensamento elevado, de escrever uma phrase correcta, despida do ridiculo e das perfeições que a arte exige.

—Quasi ao sellar a minha ultima carta, expirava a esposa do sr. Bento de Souza Carqueja—vulto que se impunha á nossa admiração pela integridade religiosa com que desempenhara os duplos misteres de consorte dedicada e de prototypo das mães.

O sahimento, concorrido por tudo o que tem representação aqui, foi imponente, apesar de que a natureza fizesse um duetto de lagrimas com a familia racionalmente inconsolavel.

Foram depostas cinco corôas de mimo e de valor.

O nosso querido amigo sr. Luiz Braga representou os empregados telegrapho-postaes, no Porto.

As palavras, por tristes e luctuosas, não suavizam prantos, mas testemunham adhesão sincera á dôr que enlucta uma familia;—as minhas palavras crystallisam-n'o.

—Em goso de licença, parte na quinta-feira proxima para Abrantes, o sr. dr. Pedroso Barratta.

—Regressou a esta villa, d'um passeio ao Porto, o nosso amigo sr. João Vidal, um rapaz fino, d'élite, uma alma verdadeiramente nobre.

—Consta que o primeiro dia de liberdade para o nosso amigo Gomes Dias, será o inicio d'uma phase nova na sua vida... O sr. Gomes Dias já escravizou o coração e agora escravisa a vida—casando-se.

Felicidades multiplas.

ANNUNCIOS

Arrematação

(1.ª PUBLICAÇÃO)

No dia 12 de maio proximo, pelas 12 horas da manhã, á porta do tribunal judicial d'esta comarca, e no inventario orphanologico a que se procede por obito de Manoel Alexandre, morador, que foi, no lugar de Bertufe, da freguezia de Vallega, em que é cabeça de casal a viuva Maria de Jesus, d'ahi, vão á praça para serem arrematadas por quem mais offerecer sobre a sua avaliação as seguintes

PROPRIEDADES:

Uma morada de casas terreas, curraes, enchidos, logradouros, e mais pertenças, sita no lugar de Bertufe, avaliada em 350\$000 réis.

Uma terra lavradia, que serve de cortinha, sita no mesmo lugar, avaliada em 56\$500 réis.

Uma terra lavradia, sita no mesmo lugar ao norte d'aquella, avaliada em 123\$000 réis.

Outra terra lavradia, sita no dito lugar, avaliada em 111\$000 réis.

Uma terra lavradia, sita no Casal da Codiceira, com agua de rega do rego da Torre, avaliada em 201\$000 réis.

Outra terra lavradia, sita no mesmo lugar, com agua de rega do rego da Torre, avaliada em 187\$000 réis.

Uma terra lavradia, sita na Torre, denominada o «Chão da Fonte», avaliada em réis 262\$000.

Uma terra lavradia, sita no Corgo, avaliada em réis 340\$000.

Uma terra lavradia, chamada a Barge, sita no lugar de Bertufe, avaliada em réis 147\$000.

Um bocado de terra, sito no mesmo lugar, avaliado em 22\$000 réis.

Uma terra, sita no lugar de Condoza, denominada a Lavourinha, avaliada em réis 90\$000 e tem um intesto de pinhal.

Uma terra, sita no mesmo lugar, denominada o Casal do Mendinho, com agua de rega do rio da Affreixieira, avaliada em 170\$000 réis.

Um pinhal, sito em Pintim, avaliado em 10\$000 réis.

Um pinhal, sito em Bostello, avaliado em 70\$000 réis.

Uma leira de matto e pinhal, sito no lugar de Condoza, denominada a Matta, avaliada em 110\$000 réis.

Um pinhal, sito no lugar de Condoza, avaliada em 100\$000 réis.

Um pinhal, sito no mesmo lugar, o do sul, avaliado em 200\$000 réis.

Um pinhal, sito no Candal, avaliado em 28\$000 réis, todos allodiaes e sitios na freguezia de Vallega, d'esta comarca.

As despezas da praça e a contribuição de registro ficam á custa dos arrematantes.

Por este meio são citados quaesquer crédores incertos do casal inventariado para uzarem, querendo, dos seus direitos.

Ovar, 2 d'abril de 1895.

Verifiquei.

O juiz de direito,

Alves Martins.

O escrivão,

Antonio dos Santos Sobreira. (60)

Arrematação

(1.ª PUBLICAÇÃO)

No dia 28 do corrente, pelas 12 horas da manhã, á porta do tribunal judicial d'esta comarca, e em virtude d'uma carta precatoria vinda da 6.ª vara da comarca de Lisboa, extrahida do inventario orphanologico a que se procede por obito de Antonio d'Oliveira Lopes, morador, que foi, na cidade de Lisboa, vão á praça para serem arrematados por quem mais offerecer sobre a avaliação, com declaração de que as despesas da praça e a contribuição de registro são á custa do arrematante, as seguintes

PROPRIEDADES:

Uma morada de casas altas com quintal e mais pertenças, sita na rua do Bajunco, d'esta villa, avaliada em 2:400,5000 réis.

Metade d'um armazem com quintal e mais pertenças, sito na mesma rua, avaliada, a metade, em 250,5000 réis.

Uma leira de pinhal, chamada e sita na rua do Pinheiro, d'esta villa, avaliada em 273,5700 réis.

Uma leira de pinhal, chamada e sita na Rua Nova, d'esta villa, avaliada em 91,5700 réis.

Um pinhal chamado das Mattas, sito nas Mattas de Ovar, avaliado em 114,5500 réis.

Uma leira de terra lavradia, sita no logar do Cadaval, freguezia de Vallega, avaliada em 120,5000 réis, todas allodiaes e livres de qualquer encargo.

Por este meio são citados quaesquer crédores incertos do casal do inventariado e da inventariante sua mulher Maria da Luz d'Oliveira Lopes, para usarem dos seus direitos, querendo.

Ovar, 2 d'abril de 1895.

Verifiquei.

O juiz de direito,
Alves Martins.

O escrivão,

Antonio dos Santos Sobreira.

(61)

Arrematação

No dia 7 de abril proximo, pelo meio dia e á porta do Tribunal Judicial d'esta comarca se hão de arrematar e entregar a quem mais dér acima da avaliação, e no inventario de menores a que se procede por obito de Joaquim de Oliveira, viuvo, da Fonte do Rego de Maceda, as seguintes propriedades:

Uma leira de matto, chamada a das Rougras, sita no logar da Fonte de Maceda, a de Cima, que confronta do norte com caminho, sul e nascente com Antonio Rodrigues de Sá e do poente

com João Granadeiro, de natureza de praso, foreira a Manoel Martins de Gaya, a quem paga 2¹,185 de trigo, avaliada em 15,5500 réis.

Uma leira de matto, a das Songas de Baixo, sita no mesmo logar que confronta do norte com caminho, sul com bens do casal, nascente com João Granadeiro, e do poente com Antonio Francisco Rodrigues, de natureza de praso foreira ao mesmo a quem paga o foro de 2¹,185 de trigo e tem laudemio 1^e 40 um, avaliada em 17,5500 réis.

Uma leira de terra lavradia, denominada o Campo da Estrada, sita na Fonte de Maceda, que confronta do norte e nascente com caminhos, sul com José Silveira e poente com Manoel Francisco Luiz, avaliada em réis 60,5000; e uma leira de matto com pinhal, denominada Jugal, sita na Carvalheira de Maceda que confina do norte com Maria Thereza Cascaes, sul e nascente com caminho publico, e poente com Manoel Francisco da Costa, foreira ao dr. Adrianno Anthero de Souza Pinto, da cidade do Porto, a quem paga o foro de 20¹, de milho, e uma gallinha, avaliada em réis 160,5000.

Para a praça são citados quaesquer crédores.

Ovar, 20 de março de 1895.

Verifiquei a exactidão

O juiz de direito,

Alves Martins.

O escrivão,

*Frederico Ernesto Camarinha**Abragão.*

(62)

EDITOS

(1.ª PUBLICAÇÃO)

Pelo juizo de direito da comarca d'Ovar, e cartorio do escrivão Ferraz, correm editos de 30 dias a contar da segunda publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, citando os interessados José Pereira Henriques, viuvo, e Antonio, cujo sobrenome se ignora, casado com Marianna Pereira Henriques, auzentes em parte incerta, para assistirem a todos os termos do inventario orphanologico a que se procede por obito de seu pae e sogro Jacintho Pereira Henriques, que foi, do logar de Guilhovae, freguezia de Ovar.

Ovar, 1 de abril de 1895.

Verifiquei.

O juiz de direito,

Alves Martins.

O escrivão,

*Eduardo Elysio Ferraz de**Abreu.*

(63)

EDITOS

(1.ª PUBLICAÇÃO)

Pelo juizo de direito da comarca de Ovar e cartorio do escrivão Ferraz, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio no *Diario do Governo* citando os interessados Joaquim de Sá Mendes e mulher, cujo nome se ignora, e Geraldo de Sá Mendes, solteiro, auzentes em parte incerta, para assistirem a todos os termos do inventario orphanologico a que se procede por obito de seu pae Agostinho de Sá Mendes, morador, que foi, no logar da Ordem, freguezia de Maceda, d'esta comarca, nos termos do § 3.º do artigo 696.º do Codigo de Processo Civil.

Ovar, 29 de março de 1895.

Verifiquei

O juiz de direito,

Alves Martins.

O escrivão,

*Eduardo Elysio Ferraz de**Abreu.*

(64)

Arrematação

(1.ª PUBLICAÇÃO)

No dia 28 d'abril proximo, pelo meio dia, á porta do Tribunal Judicial d'Ovar, vae á praça para ser arrematada por quem mais offerecer sobre a sua avaliação, no inventario a que se procede por morte de Anna Joaquina de Jesus, viuva, que foi, de Passo, de Vallega, sendo todas as despesas á custa do arrematante, a seguinte

PROPRIEDADE

Uma morada de casas terreas com quintal de lavradio pegado, sita em Passo, de Vallega, que confronta do sul, nascente e poente com a viuva da Mendonça, avaliada em 122,5000 réis.

São citados quaesquer crédores.

Ovar, 26 de março de 1895.

Verifiquei

O juiz de direito,

Alves Martins.

O escrivão,

João Ferreira Coelho.

(58)

PREDIO

Vende-se um composto de casa grande apalaçada, e mais duas pequenas com grande quintal e agua de trez pozos, em globo ou separadamente, a pagar á vista ou a praso, sita na rua dos Ferradores. Trata-se com o sr. Affonso José Martins, no Picoto.

EDITOS

(1.ª PUBLICAÇÃO)

Pelo juizo de direito da comarca d'Ovar, e cartorio do escrivão Coelho, correm editos de 90 dias, a contar da segunda e ultima publicação d'este no *Diario do Governo*, citando a mulher de Antonio Joaquim Rodrigues, o Marneco, da rua do Bajunco, d'esta villa d'Ovar, mas ella auzente em parte incerta, para dentro d'aquelle prazo comparecer em juizo, para assistir a todos os termos até final da execução por sello, custas e multa que o dr. delegado move contra o referido seu marido.

Ovar, 27 de março de 1895.

Verifiquei

O juiz de direito,

Alves Martins.

O escrivão,

João Ferreira Coelho.

(59)

EDITOS

(2.ª PUBLICAÇÃO)

No juizo de direito da comarca d'Ovar, e cartorio do escrivão Coelho, correm editos de 60 dias, a contar da segunda publicação d'este no *Diario do Governo*, citando João Marques da Costa, casado, tanoeiro, do logar da Igreja, freguezia de Cortegaça, mas auzente em parte incerta, para no prazo de 15 dias, que começam a correr desde a affixação dos editaes, apresentar em juizo o seu affiançado Francisco Marques da Costa, afim de lhe ser intimado o accordam proferido pela Relação do Porto, em sessão de 4 de maio de 1894, no processo crime correccional que lhe moveu o M. P. n'esta comarca, pelo crime de ferimento, cujo processo subiu por meio de recurso d'appellação interposto pelo dito réo, e, isto com a pena de, não o fazendo dentro do referido prazo, ser a fiança julgada quebrada.

Ovar, 22 de março de 1895.

Verifiquei.

O juiz de direito,

Alves Martins.

O escrivão,

João Ferreira Coelho.

(56)

AGRADECIMENTO

A familia, ausente e presente, de Maria Emilia do Espirito Santo Soares Balreira, na impossibilidade de agradecer pessoalmente a todas as pessoas que a cumprimentou por occasião do fallecimento de Maria do Céu Soares Balreira, vem fazelo por este meio, protestando a todos o seu reconhecimento.

Ovar, Ponte Nova, 18 de março de 1895.

EDITOS

(2.ª PUBLICAÇÃO)

Pelo juizo de direito da comarca de Ovar, e cartorio do escrivão Frederico Abragão, correm editos de 4 mezes contados da segunda publicação d'este annuncio no «Diario do Governo», afim de se poder dar á execução nos termos do § 2.º do artigo 407.º do Codigo do Processo Civil, a sentença proferida na acção especial de petição de herança requerida por Anna Maria de Oliveira Duarte e marido e Rosa de Oliveira Duarte e marido, todos d'esta villa, afim de serem julgados unicos e universaes herdeiros de seus irmãos, cunhados e tios Manoel Caetano de Pinho e José Caetano de Pinho, ausentes em parte incerta nos Estados Uuidos do Brazil, a qual mandou entregar aos auctores os bens ou valores da herança.

Ovar, 26 de março de 1895.

Verifiquei a exactidão.

O juiz de direito,

Alves Martins.

O escrivão,

*Frederico Ernesto Camarinha**Abragão.*

(57)

AGRADECIMENTO

Manoel d'Oliveira Luzes, sua filha e genro, penhoradissimos para com todas as pessoas que se dignaram cumprimental-os pelo fallecimento de sua chorada mãe e avó; e na impossibilidade de o fazerem pessoalmente, vèem por este meio agradecer e protestar a todos o seu inolvidavel reconhecimento.

Ovar, 21 de março de 1895.

Codigo administrativo

Approvedo por decreto de 2 de março de 1895 — edição conforme a official.

Este diploma official veiu alterar completamente o regimen dos corpos administrativos, conferindo mais attribuições a uns, supprimindo regalias de outros, creando funções novas, etc., etc. E' portanto indispensavel não só a todas as corporações, sujeitas á legislação administrativa, como camaras municipaes, juntas de parochia, irmandades, etc., mas aos respectivos vogaes e funcionarios administrativos, e em geral, a todos os cidadãos.

Preço 240 réis.

Pedidos á *Bibliotheca Popular da Legislação*, rua da Atalaya, 183, 1.ª — Lisboa.

N. B.—Esta é a unica edição de Lisboa que contém todas as rectificações ao codigo, insertas no *Diario do Governo* de 7 do corrente, algumas das quaes são importantissimas, e que traz as *erratas* officialmente declaradas e o unico que tem *indice*.

IMPRENSA CIVILIZAÇÃO

Rua de Passos Manoel, 211a 219